



POLÍTICA OPERÁRIA

Avança a decomposição do governo Bolsonaro



No dia 7 de setembro, foram realizadas grandes manifestações bolsonaristas pelo Brasil. O próprio Bolsonaro fez seu discurso golpista na Avenida Paulista. Porém, as manifestações e a posterior paralisação de uma parcela dos caminhoneiros, vinculada aos empresários dos transportes, não serviram ao avanço das intenções ditatoriais do presidente. Uma importante fração da burguesia não está pela via golpista. Bolsonaro teve de recuar nesse terreno, o que ficou explícito ao publicar a “Declaração à Nação”, carta redigida por Temer. A profunda divisão na classe burguesa e a decomposição do governo Bolsonaro se destacam.

Atos pelo “Fora Bolsonaro”

No mesmo dia 7 de setembro, realizaram-se também as manifestações da campanha “Fora Bolsonaro”. Em São Paulo, as direções reformistas acataram a imposição do governo de deixar a Av. Paulista aos bolsonaristas. Não organizaram o combate às manifestações da ultradireita e realizaram manifestações muito aquém das quatro grandes manifestações anteriores. A manifestação no Vale do Anhangabaú sequer saiu em marcha. Na prática, ficou à sombra do ato bolsonarista. Além disso, mantiveram o caráter festivo das manifestações e a política de submissão às disputas interburguesas, com a bandeira do impeachment, de caráter eleitoral. Não se colocaram pela real defesa das necessidades mais sentidas dos explorados, de emprego, salário e direitos.

Cabe uma menção às pequenas manifestações do dia 12 convocadas pelo MBL, uma das organizações que encabeçaram as manifestações em favor do golpe contra Dilma, em 2016. A Av. Paulista foi palanque para figuras do PDT, Cidadania, MDB, DEM e até mesmo o

governador João Doria (PSDB). Essas manifestações, com um caráter claramente burguês, favorável a uma “terceira via” eleitoral, foram apoiadas pelo PCdoB, ou seja, pelos dirigentes da UBES e UNE. Esse apoio a setores abertamente reacionários mostra com clareza a política de conciliação de classes, ou seja, de submissão à burguesia, que está instalada na direção das entidades de luta dos estudantes.

Erguer a luta massiva, classista e combativa

Apesar do discurso do “Fora Bolsonaro”, a verdade é que, diante da profunda divisão interburguesa, é a política conciliadora da esquerda reformista, das direções sindicais e estudantis que favorecem que Bolsonaro não caia. Basta ver que avançam, sem uma resistência classista, independente e organizada, o fechamento de postos de trabalho, o aumento do custo de vida, a retirada de direitos e uma série de ataques à educação e a outros setores sociais.

A luta pela independência organizativa e política da classe operária, junto aos demais trabalhadores e estudantes, passa pela defesa das reivindicações mais elementares, aplicação do método da ação direta, e o trabalho sistemático pela mobilização coletiva. As divisões interburguesas e a decomposição do governo ultradireitista favorecem a organização e a luta independente do proletariado. A vanguarda com consciência de classe tem de travar o combate simultâneo com os governantes e a burguesia, e com os obstáculos montados pela política de conciliação de classes do reformismo. O seu norte estratégico é o da luta pelo governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado.

CONTRA O FECHAMENTO DO NOGUEIRA

Em mais um ataque da Secretaria da Educação de Doria aos estudantes e trabalhadores da educação, a escola Reverendo Professor José Carlos Nogueira, em um bairro periférico de Campinas, está com o fechamento do período noturno previsto para o ano que vem. A opção de escola aos alunos que serão excluídos fica a 10 km de distância, no centro da cidade. Sob a justificativa da falta de demanda, oculta o enxugamento de custos e uma retaliação, já que a escola recentemente recusou sua transformação em escola de tempo integral (PEI).

A comunidade realizou uma assembleia no dia 31 de agosto e aprovou a realização de ato na frente da escola (09/09) e outro na frente da diretoria de ensino (10/09), onde os manifestantes ocuparam a sala da dirigente regional de ensino, que se negava a atender as demandas da comunidade. Conseguiram a manutenção dos 2º e 3º anos, sendo que o 1º se mantém sujeito a “demanda”, manobra que busca avançar com o fechamento do noturno aos poucos.

O ensino noturno é fundamental para os estudantes trabalhadores e é sempre o primeiro a ser destruído para abrir caminho à implementação das escolas PEI. Fechar o noturno é ampliar o desemprego na categoria, isso em um momento em que os trabalhadores como um todo amargam milhões de postos de trabalho fechados e a destruição de direitos diante da crise. O Boletim Juventude em Luta se coloca inteiramente ao lado da comunidade escolar em sua luta contra o fechamento de turmas e turno, e defende a utilização dos métodos próprios dos trabalhadores nessa luta. ■

ABAIXO A PERSEGUIÇÃO POLÍTICA AOS PROFESSORES! ABAIXO A REPRESSÃO AOS ESTUDANTES!

No Colégio Notre Dame de Lourdes, em Cuiabá (MT), uma professora foi suspensa após ter uma crítica a Bolsonaro gravada pelos alunos em sala de aula, no dia 31/8. O colégio afirma que houve quebra do código de ética da escola, que nunca “envolveu-se com posicionamentos político-partidários”. É claro que se trata de uma desculpa esfarrapada, usada para legitimar a punição à professora.

A UBES, dirigida pela UJS/PCdoB, respondeu à suspensão da professora em MT, dizendo nas redes sociais que foi uma “decisão absurda que ataca a liberdade de ensino e de aprender! A escola é livre!”. Não moveu uma palha para organizar os estudantes contra essa perseguição política, pelo contrário reuniu-se com a Secretaria de Segurança Pública do MT para “apurar” o caso. Continua com a política imobilista e conciliadora que teve diante desse tipo de perseguição em São Paulo, com o “Escola sem partido”. E ainda inventa uma “escola livre”, que não existe na realidade, escondendo que no capitalismo a escola é de classe, é burguesa.

Essa perseguição política é ainda mais explícita nas escolas militares, onde a repressão é mais intensa. Em

SENADO REJEITA MP 1045: NÃO BAIXAR A GUARDA!

O Senado rejeitou a Medida Provisória 1045 – que flexibilizava Leis Trabalhistas, possibilitando a contratação sem registro em carteira, redução do pagamento de hora extra para algumas categorias, restringindo o acesso à Justiça gratuita na resolução de processo trabalhista, dentre outros ataques. A direção da UBES mais uma vez cantou vitória, sem uma verdadeira luta. Não mobilizou o conjunto dos estudantes contra a medida e não buscou a unificação com a classe operária, contra os ataques dos capitalistas.

Mesmo com a rejeição, a precarização do trabalho continua, com altos índices de desemprego e baixos salários entre a juventude oprimida. A tendência da crise econômica é de agravamento, o que significa que os ataques aos direitos não vão parar. É preciso organizar, junto à classe operária, uma luta nacional para enfrentar a precarização, que se estende desde antes da pandemia, com a grande informalidade, demissões, cortes de direitos e baixos salários, fazendo a defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. ■

ENEM MANTÉM EXCLUSÃO DA JUVENTUDE OPRIMIDA

A quantidade de inscritos no ENEM de 2021 foi a menor desde 2005. A diminuição das inscrições foi maior entre candidatos negros e indígenas, o que implicou a menor participação de pretos em uma década. Boa parte dos candidatos não se inscreveu porque não conseguiu a isenção da taxa de inscrição (R\$ 85,00), por não ter justificado a ausência no ENEM de 2020, realizado em meio à crise pandêmica. Diante disso, atendendo a um pedido de partidos e entidades estudantis, como UNE e UBES, o Supremo Tribunal Federal decidiu por unanimidade a reabertura dos pedidos de isenção, sem a necessidade de justificar a ausência.

Acontece que o ENEM de 2021 também será realizado em meio à crise pandêmica, ainda que a vacinação tenha avançado. Os candidatos pobres estão em desvantagem diante de candidatos que estudaram em colégios privados e tiveram melhores condições de estudo e de vida etc. Está aí mais uma amostra do porquê o ENEM e os vestibulares são instrumentos excludentes e elitistas, pois selecionam quem deve ou não entrar na universidade. A juventude oprimida deve lutar pelo fim do vestibular e pelo livre acesso de todos à universidade pública. ■

Imbituva, no Paraná, um militar que atuava como monitor retirou um aluno da sala de aula, ameaçou-o de morte e deu um soco nele, simplesmente por ter desenhado uma folha de maconha e escrito “vida loca” na carteira. Em SP, no colégio Brasília, militantes da FENET foram ameaçadas, agredidas e tiveram seus panfletos tomados por membros da secretaria da escola, quando distribuíam o material de convocação para um ato em defesa do passe livre.

O Boletim Juventude em Luta denuncia as perseguições políticas e coloca a tarefa de organizar os grêmios livres, que sirvam de base para a luta contra a repressão nas escolas, e de organizar uma vanguarda revolucionária que varra as direções imobilistas das entidades estudantis. ■